

# Descentralizar serviços é fundamental

**SAID FARHAT**

Especial para *Folha*

Que deve (pode) esperar o povo do Distrito Federal de uma nova Constituição? Certamente, algo muito diferente da situação de minoridade política, a ele atribuída pela Carta outorgada pela junta militar de 69. De certa forma, o tratamento dado hoje aos brasilienses é remanescente do que o Império dava ao "município neutro": uma dependência da casa matriz.

Fala-se muito da conveniência de dar representação ao DF na Câmara e no Senado. A questão é mais profunda. Diz respeito a duas outras: o direito de representação das comunidades — maiores ou menores, não importa; e o que se pretende seja o Distrito Federal. No primeiro caso, não há discutir, milhão e pico de brasilienses têm direito não só de eleger deputados e senadores, como, acima de tudo, ao auto-governo, em tudo que respeite seu peculiar interesse. A segunda parte — que se pretende fazer do DF — é adjetiva, embora importante. Até aqui tem prevalecido a orientação de Brasília ser uma cidade administrativa, sem vida econômica, social e cultural própria. Absurdo. As populações têm dinâmica própria. Ninguém lhes pode impor este ou aquele destino.

Dito isto, penso que a administração do Distrito Federal deve caber a autoridades eleitas pelo próprio povo brasiliense. Governador, Assembléia Legislativa, prefeitos e câmaras de vereadores (nas várias cidades que o compõem: Brasília, o Gama, Taguatinga e todas as demais).

Não existe razão filosófica a suportar a idéia de que, por ser sede do governo federal, o DF deva ficar sob jurisdição deste, através de governador nomeado. Ou que a União subsidie todas as atividades do governo distrital, eximindo-o de promover o desenvolvimento de atividades produtivas — e produtoras de impostos — em seu território.

A organização administrativa do Distrito Federal deve ser semelhante à dos Estados. Com a autonomia correspondente. E as responsabilidades decorrentes do "status" quase-estadual. Por isso, talvez, muitos gostam de limitar a discussão à particularidade da representação na Câmara e no Senado. É preciso ir mais longe. Tratar do assunto com realismo. Meu "modelo" para Brasília prevê, além do auto-governo, seus corolários:

**Primeiro:** realismo na cobrança de impostos. Em Brasília, costuma-se dizer, ninguém paga imposto. Não pode ser. Uma cidade com o custo de manutenção de serviços públicos lá observado, tem de prover-se de recursos suficientes para custear água, esgotos, eletricidade, transporte, limpeza pública, conservação de logradouros, etc.

**Segundo:** geração local de impostos. Não tem sentido pensar no Distrito Federal como o paraíso da burocracia, dependendo em tudo e por tudo do que lhe vem de fora. Há que desenvolver a agricultura no cerrado brasiliense; criar um distrito industrial (de preferência não-poluente) em seu território; estimular a

indústria local de serviços de engenharia, consultoria, finanças, seguros e outros.

**Terceiro:** pensar no Distrito Federal como ele é, mas, também, como deverá ser. Hoje, o DF divide-se claramente entre uma cidade-sede (o chamado "plano-piloto") e uma constelação de cidades-dormitórios. Não pode ser só isso. Há que descentralizar serviços, educação, saúde, assistência médico-social, como forma promover o desenvolvimento e aliviar a população dos encargos de ter de deslocar-se vários quilômetros para quase tudo, até Brasília.

Tudo isso, obviamente, é incompatível com uma cidade-estado-unitário. Também obviamente, a simples questão de representação política não resolverá nenhum dos problemas básicos do Distrito Federal. Há que encarar-los em seu todo, nas inter-relações das várias partes.

Imaginar que a Constituinte resolverá tudo é, infelizmente, uma noção que vai penetrando na consciência das pessoas. O máximo a esperar, agora, é que o futuro do Distrito Federal seja colocado em termos consentâneos com os interesses de uma população superior e um milhão de habitantes — e que deverá dobrar até o fim do século, queiram ou não os planejadores. Interessa aos brasilienses forrar-se de autonomia e autoridade para exigir o que lhes cabe. Mas, também, encher-se de realismo, e reconhecer que são eles mesmos que devem pagar a conta.